

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**

**Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em  
23/05/2013.**

1 **Data, hora e local:** 23 de Maio de 2013, às 09h00m, na Rua São Bento, 405, Auditório do 18º  
2 andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. **Pauta do dia: 1)** Informes; **2)** Apresentação do Fundo  
3 de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB; **3)** Apresentação da Comissão de Proteção à Paisagem  
4 Urbana – CPPU; **4)** Apresentação da Comissão de Edificação e Uso do Solo – CEUSO. **Presentes:**  
5 José Floriano de Azevedo Marques (Vice-Presidente), Fernando Túlio Salva Rocha Franco  
6 (Secretário Executivo), Felipe Teixeira Gonçalves (Gabinete do Prefeito), Anderson Kazuo Nakano  
7 (SMDU), Nuria Pardillos Vieira (SMDU), Marianna Sampaio (SNJ), Otaviano Tonate Leite (SMSP),  
8 Elia Albuquerque Rocha (SMT), Marília De M.C.N. Tupinanbá (SIURB), Luis Felipe Vidal Arellano  
9 (SF), Evandro Reis (SVMA), Marcos Cartum (SMC), Renato Souza Cintra (SMADS), Vania Baptista  
10 Nery (SMADS), Antonio Carlos C. Do Amaral Filho (SP Urbanismo), Adriana Álvares da C. De Paula  
11 Alves (COHAB); **Macrorregiões:** Lucila Falcão Pessoa Lacreta (Oeste – Eleito), Mauro Messa  
12 Martins (Centro – Eleito), Julio Cesar Olivieri (Lete 1 – Eleito), Antonio Gomes dos Santos (Leste 2 –  
13 Eleito), Maria Lúcia da Silva (Sul 1 – Eleito), Carlos Eduardo Silva Diethelm (Norte 2 – Indicado),  
14 Ângelo Salvador Filardo Junior (Oeste – Indicado), Ricardi Airut Pradas (Oeste – Indicado), Miguel  
15 Perrela (leste 1 – Indicado), Dirceu de Oliveira Mendes (Sul 1 – Indicado), Luiz Fernando Macarrão  
16 (Sul 1 – Indicado), Adevilson Maia (Sul 2 – Indicado), Adailson de Oliveira (Sul 2 – Indicado);  
17 **Entidades de Base:** Eduardo Della Manna (SECOVII), Algerlanio Lopes Dantas (AAHJB), Sergio  
18 Antonio R. Junior (AMAPAR), Marta Dora Grossein (FAU-USP), Valter Luis Caldana Júnior  
19 (Mackenzie), Arlete Venites Sanchez (PUC-SP), Paula Baillot Lacerda (SINAECO/SCIESP), Jacobina  
20 Albu Vaisman (CAU), Luiz Tokuzi Kohara (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Adriana  
21 Oliveira Magalhães (CUT); **Órgãos Estaduais e Intermunicipais:** Matilde da Costa (Sec. Est.  
22 Meio Ambiente); **Convidado Permanente:** Airton Goes (Rede Nossa São Paulo); **Não**  
23 **Conselheiros:** Elcio Sigol (Sinduscom-SP), Manoel Pereira de Araujo Filho (SPCL), Afrânio Bellato  
24 (SPCL), Douglas Peixoto da Silva (SMDU), Pedro Dias da Silva (SMDU), Denise Lopes de Souza  
25 (Sehab), Heliana Lombardi Artigiani (SMDU), Tony Nagy (ST), Felipe Garofalo Cavalcanti (SMDU),  
26 Indalecia Escudero (Subprefeitura Jabaquara), Taisa da Costa Endrigue (Subprefeitura Itaquera),  
27 Jose Marinho Nery da Silva Junior (SMDU), Rosane Cristina Gomes (SEHAB), Sully Alonso (ACSP),  
28 Andre Luis Gonçalves Pina (SMDU), Harmi Takiya (SP Urbanismo), Maria Stella Cardeal de Oliveira

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

29 (SMDU), Cahuê Rando Carolino (SABESP), Clementina D. Ambrosis (SMDU), Daniel T. Montandon  
30 (SMDU), Weber Sutti (SMDU).

31 **Ordem do dia: 1)** O Vice-Presidente José Floriano iniciou os trabalhos às 09h45m, agradeceu a  
32 presença de todos e justificou a ausência do Presidente do Conselho, secretário Fernando Mello  
33 Franco. Em seguida sugeriu a inclusão nos itens de pauta, o informe referente à eleição de um  
34 representante do CMPU para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento  
35 Ambiental e Infraestrutura - FMSAI. **2)** Na sequência o Secretário Executivo Fernando Túlio  
36 apresentou os pontos de pauta e destacou quais seriam os informes a serem apresentados: **a)**  
37 eleição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI;  
38 **b)** 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo; **c)** Atividades desenvolvidas pelo Grupo de  
39 Trabalho do Processo Participativo do Plano Diretor Estratégico (PDE); e **d)** Cronograma da 2ª  
40 etapa, Oficinas Públicas para Levantamento de Propostas e Contribuições, do PDE. Após a  
41 exposição, o Secretário Executivo passou a palavra aos Conselheiros para o esclarecimento de  
42 possíveis questões acerca da pauta. **3)** Em a pauta foi aprovada pela unanimidade dos  
43 conselheiros. O Conselheiro Sergio Rezze solicitou o envio prévio dos documentos apresentados. **4)**  
44 Na sequência a palavra foi passada ao Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de  
45 Desenvolvimento Urbano (SMDU), Weber Sutti que destacou a importância das apresentações dos  
46 Conselhos e Fundos presentes na pauta desta Reunião Ordinária evidenciando o objetivo de  
47 articular a ação dos conselhos municipais vinculados à política urbana e ambiental, atribuição  
48 regimental do Conselho. Em seguida apresentou data, local, tema e programação da 6ª  
49 Conferência Municipal e informou que os trabalhos estão sendo organizados por meio da Comissão  
50 Preparatória Municipal que, entre outras atribuições, elaborará um texto base para debater as  
51 diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, o processo de Revisão Participativa do  
52 PDE, centrado na questão da gestão democrática, e o Conselho da Cidade. **5)** Logo após, o  
53 Secretário Executivo apresentou os novos membros que compõe o Conselho, dado a designação da  
54 Portaria 131 (publicada no Diário Oficial em 01/05/2013) e deu início a apresentação dos pontos de  
55 pauta abordados na primeira Reunião Ordinária do GT. **6)** Em seguida a Secretária Executiva do  
56 FMSAI, Denise Lopes, explicou a necessidade da renovação de um representante do CMPU no

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

57 Conselho Gestor do FMSAI e apresentou as características estruturais e área de atuação do Fundo.  
58 O Vice-Presidente Floriano sugeriu aos Conselheiros interessados em se candidatar que deixassem  
59 os nomes durante a reunião com o Secretário Executivo do CMPU. **7)** Em seguida o Secretário  
60 Executivo passou a palavra ao Diretor do Departamento de Urbanismo (DEURB) da SMDU, Kazuo  
61 Nakano, para o informe referente à segunda etapa de revisão participativa do PDE. Kazuo iniciou  
62 contextualizando o que fora discutido até então; esclareceu as etapas do processo de Avaliação do  
63 PDE e apresentou o calendário, que está disponível no site. **8)** Logo após, o Secretário Executivo  
64 submeteu as atas da 13ª e 14ª Reuniões Extraordinárias para apreciação da Plenária e franqueou a  
65 palavra aos Conselheiros, após manifestação da Conselheira Lucila Lacrete que absteve o voto  
66 destacando que dada importância do papel do Conselho as manifestações deveriam ser publicadas  
67 na íntegra, as atas foram aprovadas pela Plenária. **09)** Na sequência, o Secretário Executivo  
68 passou a palavra ao chefe de Gabinete que iniciou a apresentação do FUNDURB **10)** Weber Sutti  
69 apresentou os objetivos do FUNDURB; esclareceu que os recursos destinados ao Fundo devem ser  
70 investidos naquilo que concretize os objetivos do PDE; explanou sobre as fontes dos recursos  
71 através de Outorga Onerosa, a composição do Fundo e o que foi feito por ele até o momento;  
72 concluiu com a proposta de formulação de investimentos prioritários para Fundo a fim de otimizar  
73 seus recursos e o direcionamento de esforços para o aprimoramento da prestação de contas. **11)**  
74 Em seguida, a Arquiteta Rosane Cristina Gomes apresentou um breve histórico da criação da  
75 CEUSO, suas competências e composição; e por fim, esclareceu que a CEUSO deixou de ser um  
76 órgão consultivo e normativo com relação ao uso e ocupação do solo. **12)** Logo após, a palavra foi  
77 fraqueada ao Presidente da CPPU, Daniel Montandon, que iniciou com uma breve cronologia da  
78 Comissão, suas competências, a composição e seus principais desafios, entre esses, destacou  
79 quatro principais pontos: arte pública; revisão do Marco Regulatório; intervenções públicas; e  
80 aprimoramento normativo dos elementos que compõe a paisagem urbana. **13)** Dando continuidade  
81 o Secretário Executivo franqueou a palavra aos Conselheiros para contribuições de cinco falas;  
82 Marcos Cartum, falou sobre o Estoque de Potencial Construtivo na revisão do Plano Diretor, porque  
83 a Outorga Onerosa do Direito de Construir é a principal receita do FUNDURB, e qual a metodologia  
84 que se pretende adotar para a definição dos estoques e concluiu questionando a falta de

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

85 transparência nesses processos. **14)** Na sequência Luiz Kohara sugeriu a criação de conselhos  
86 abertos, que proporcionem maiores debates e que estes busquem a transparência efetiva no  
87 acompanhamento dos fundos; em relação ao Conselho de Saneamento Municipal, apresentou a  
88 carência na divulgação das informações de destino dos recursos e questionou o papel da SABESP e  
89 da Prefeitura em relação à melhoria do saneamento; solicitou ainda explicações sobre as tabelas de  
90 entrada e saída de recursos do FUNDURB; comentou que o CEUSO não deve ter somente uma  
91 orientação normativa e concluiu solicitando medidas referentes à paisagem urbana em regiões de  
92 miséria e pobreza da cidade. **15)** Em seguida o Conselheiro Eduardo Della Manna parabenizou a  
93 atuação da CEUSO e o corpo técnico da prefeitura; em relação à CPPU, se demonstrou preocupado  
94 com a revisão do Marco Regulatório no que refere à paisagem urbana e uso do solo; sobre o  
95 FUNDURB abordou que os Estoques de Outorga Onerosa, em diversos distritos da cidade,  
96 acabaram, de forma que, colocou como desafio pensar novas formas de arrecadar recursos tanto  
97 pelo FUNDURB como para a SMDU discutir no processo de revisão do PDE; também propôs a  
98 apresentação de um Relatório do FUNDURB desde 2002 a fim de ter uma avaliação sobre seu  
99 desenvolvimento e poder levar à discussão ao PDE; por fim, questionou a utilização de recursos do  
100 FUNDURB para obras viárias do estádio do Itaquerão. **16)** Na sequência Jacobina Vaisman  
101 destacou que os processos das aprovações do CEUSO não contribuem para a melhoria da cidade e  
102 se mostrou otimista em relação à criação de uma Secretaria de Licenciamentos; indagou se dentro  
103 do FUNDURB existe a necessidade das secretarias apresentarem um plano de ação antes de  
104 requisitar recursos do Fundo, se há um percentual para projetos e, também questionou qual é o  
105 procedimento mais adequado: aquele que a máquina pública desenvolve seus próprios projetos  
106 para a cidade ou aqueles que o serviço é licitado para ser executado pela iniciativa privada;  
107 comentou sobre as Contribuições de Melhorias e a razão de sua incompleta aplicação em  
108 comparação a Outorga Onerosa; quis conhecer o direcionamento do IPTU; e, por fim, trouxe a  
109 discussão dos, vulgarmente conhecidos, como pixadores. **17)** Em seguida Indalecia Escudeiro  
110 apontou a dificuldade em fornecer emissão de licença e seu atraso técnico; os desafios do  
111 saneamento básico e tratamento de esgoto nas favelas. **18)** Na sequência, retomando a palavra a  
112 mesa, Weber Sutti informou sobre algumas das dificuldade nos processos licitatórios que

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**

**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

113 precisariam ser melhoradas; a necessidade de recapitular o debate das Contribuição de Melhorias;  
114 sobre a Outorga Onerosa, afirmou que há um grupo instituído para apurar a arrecadação e as  
115 formas de cobrança e que está realizando um trabalho minucioso para compreendê-la  
116 detalhadamente; apontou sobre a impossibilidade de apresentar um relatório do FUNDURB desde  
117 2002 em razão da inexistência de dados; sobre a verba do Itaquerão, destacou que o contrato  
118 firmado da gestão anterior com a FIFA não foi previsto no orçamento atual e por tal razão foi  
119 necessário requisitá-lo ao FUNDURB, apresentou ainda que seu benefício é para além do estádio,  
120 mas para todo o Pólo Institucional do Itaquera. **19)** Logo após, sobre as indagações a respeito da  
121 CEUSO, Rosane Cristina afirmou que a CEUSO perdeu competências pela ampla gama de assuntos  
122 que a ela eram atribuída, mas salientou que os espaços para discussão não foram perdidos e sim  
123 destinados a outras instancias mais adequadas para certas questões; trouxe que CEUSO está  
124 buscando outras diretrizes e aumentar a transparência, com regras claras; sobre a demora do envio  
125 das licenças, justificou sua ocorrência em razão de alguns entraves técnico burocráticos, caso da  
126 ferramenta eletrônica que, em razão de diversos problemas enfrentados, voltaram a serem aceitos  
127 processos em papel até que o sistema seja readequado. **20)** Em seguida Daniel Montandon iniciou  
128 salientando a diferença entre Outorga Onerosa e Estoque e afirmou que, em razão do que fora  
129 decidido pelo Estatuto da Cidade, o que determina o adensamento na cidade é a zona e seu  
130 coeficiente de aproveitamento básico máximo, e provavelmente, de toda área aprovada e licenciada  
131 pela prefeitura, um número inferior a metade advêm de Estoque de Outorga Onerosa, e que o  
132 Estoque é um mecanismo inserido dentro da Outorga Onerosa; também ressaltou sobre a  
133 necessidade de regular a questão de certas construções urbanas que interferem diretamente na  
134 paisagem urbanística, caso, por exemplo, de altos muros; e a questão da arte urbana se adéqua  
135 também na política de cultura. **21)** Na sequência Kazuo Nakano apontou que a metodologia para  
136 dimensionar o Estoque de Outorga e Onerosa buscou simular o comportamento do mercado  
137 imobiliário nos anos anteriores, a aprovação da legislação, em áreas que o mercado havia  
138 interesse, a partir daí se dimensionou os diferentes Estoques da cidade. Mas o comportamento do  
139 mercado imobiliário se modificou ao longo do tempo, apresentando uma maior demanda por  
140 Estoques, o que acabou limitando a produção imobiliária da cidade; a limitação por distritos (limites

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

141 administrativos), e não por critérios urbanísticos, fez com que a produção imobiliária se dispersasse  
142 dentro de cada distrito; afirmou sobre o Estoque, que o valor geral de vendas gerado pela  
143 produção imobiliária na cidade de São Paulo, entre 2002 e 2012, foi de R\$ 103 bilhões e sua  
144 arrecadação em Outorga Onerosa apenas R\$ 1 bilhão, dispersão que ocorre dado ao modelo de  
145 aplicação da Outorga Onerosa nos coeficientes de aproveitamento básicos definidos na legislação;  
146 concordou com a necessidade de aprofundamento da CPPU, para além da regulação dos anúncios  
147 para regulamentar demais elementos que compõe a paisagem urbana. **22)** Logo após o Vice  
148 Presidente passou a fala à Denise Lopes, que detalhou a composição do Conselho Gestor do Fundo  
149 Municipal de Saneamento. **23)** Em seguida, dando início ao último ciclo de perguntas, o Secretário  
150 Executivo passou a palavra ao Conselheiro Sergio Rezze que defendeu um modelo de emissão de  
151 licenças que não seja somente mais ágil, mas que seja transparente e possibilite o controle social;  
152 outra sugestão foi trazer a discussão de uma melhor proporcionalidade entre o valor que recebe o  
153 setor imobiliário, em termos de Outorga Onerosa, e a contrapartida pública, além de ter apoiado  
154 que o Estoque seja subordinado ao desenho urbano; por fim, sobre a paisagem urbana,  
155 recomendou a ampliação da discussão sobre a questão da fiação urbana e dos monotrilhos. **24)** Na  
156 sequência Lucila Lacrete informou que grande parte dos Conselhos existentes na Administração  
157 Municipal, a sociedade civil não tem representatividade nem capacidade deliberativa frente aos  
158 demais membros; também sugeriu que a Outorga Onerosa seja revisada em termos de averiguar o  
159 valor cobrado e os impactos de cada obra; que seja analisada, de forma aprofundada, os  
160 coeficientes de aproveitamento, dado sua mutabilidade perante as legislações. **25)** Logo após  
161 Antonio Gomes, propôs que as subprefeituras realizem eventos que eduquem a população em  
162 termos de educação urbana e que seja distribuído cartilhas para a população, com ênfase nas  
163 escolas. **26)** Em seguida Maura Augusta informou que a Lei da Cidade Limpa não surtiu efeitos na  
164 periferia e trouxe a necessidade de rever a questão da fiação e dos postes, lixeiras em calçadas  
165 pequenas e sua fiscalização; **27)** Na sequência Gilberto Rossi trouxe os desafios de sua  
166 subprefeitura e algumas recomendações: que as competências das subprefeituras expandissem  
167 para além das funções de zeladoria; os recursos orçamentários possam ser utilizados de forma mais  
168 rápida e que seja ampliada sua capacidade de investimentos, de realização e aprovação de



**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

169 projetos; seja revisto na legislação urbana a questão das calçadas, pois afirmou que não há  
170 aplicabilidade efetiva na periferia; e indagou se irá ser retomado o Programa Córrego Limpo. **28)**  
171 Logo após Valter Caldana trouxe a proposta de incluir a educação urbana no currículo do ensino  
172 fundamental; indagou sobre a possibilidade do FUNDURB captar outras fontes de recursos e  
173 sugeriu que ele funcione como uma agência de fomento a pesquisa e projetos de urbanização;  
174 ressaltou que a administração pública da cidade de São Paulo perdeu poder durante o processo de  
175 descentralização iniciado na década de 1990, porem destacou que há certas questões que vão além  
176 das competências municipais, mas que devem ser alvo de debate. **29)** Em seguida Marta Grostein  
177 indagou sobre a criação da Secretaria de Licenciamento e afirmou que a mesma poderia ser tratada  
178 como parte vinculada à SMDU em função do potencial funcionamento da última, pois há a  
179 necessidade de relacionar os planos urbanísticos com os projetos de grandes obras e condomínios,  
180 principalmente, dado a complexidade de inserção desses novos projetos na malha urbana. **30)** Na  
181 sequência Eduardo Della Manna se opôs veementemente a fala da Conselheira Lucila Lacrete sobre  
182 a existência de Conselhos dominados pelo setor imobiliário e sugeriu que as zonas de uso  
183 estritamente residencial de densidade demográfica baixa (ZER-1), que estão localizadas em regiões  
184 da cidade bem qualificadas e com infraestrutura, tenham aumento significativo do IPTU, e com esse  
185 recurso poder, inclusive, arcar com os custos para enterrar a fiação, como foi proposto  
186 anteriormente. **31)** Dando inicio ao ciclo de respostas, o Secretário Executivo passou a fala a  
187 Weber Sutti que ressaltou que os recursos do FUNDURB não são anuais, mas sua aplicação deve  
188 ser em razão da forma como é o orçamento municipal; sobre à capacidade de realizar convênios e  
189 a criação de fundos públicos de acesso a sociedade civil organizada destacou que precisam-se ser  
190 aprimorados os mecanismos existentes; terminou sugerindo que o processo de licenciamento do  
191 monotrilho poderia ser realizado também pelo município. **32)** Em seguida, Rosane acrescentou que  
192 a questão do controle e transparência dos licenciamentos é um desejo tanto da sociedade quanto  
193 do setor público; e respondeu que, com a criação da Secretaria de Licenciamento, a SMDU não  
194 perderá seu papel de analisar projetos. **33)** Logo após Daniel Montandon afirmou que a atual  
195 gestão não tem a intenção de ser seletivo e excluir a periferia na questão da paisagem urbana;  
196 trouxe a necessidade de buscar soluções para o enterramento da fiação e melhoria de calçadas, e

**Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**  
**... Continuação Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, em 23/05/2013.**

197 ressaltou que essas questões precisam ser analisadas, que é necessária a elaboração de projetos  
198 piloto, além, verificação dos custos e das peculiaridades de cada região da cidade; ressaltou que a  
199 composição da CPPU tem maior porcentagem de membros da sociedade civil; sobre o monotrilho,  
200 aconselhou examinar detalhadamente a legislação (Art. 251 - Lei 13.885/04) que permite a  
201 instalação de infraestrutura acima do nível térreo; também ressaltou a necessidade de considerar a  
202 dimensão ambiental e a questão dos impactos acumulativos de cada projeto. **34)** Dando sequência  
203 Kazuo Nakano, sobre a capacidade de suporte do meio físico, trouxe a necessidade detalhar a Carta  
204 Geotécnica; a existência de um descompasso entre o que é projetado e sua execução; a presença  
205 do questionamento sobre o modo como tem se efetivado a política urbana e seus benefícios para  
206 os espaços urbanos, tem demonstrado a necessidade de redefinir os critérios urbanísticos; sobre a  
207 questão das calçadas, trouxe a importância de debater a fragmentação de sua responsabilidade e  
208 os mecanismos de financiamento das melhorias, caso a responsabilidade seja repassada ao setor  
209 público; em relação aos grandes empreendimentos imobiliários, ressaltou que a preocupação  
210 também está presente no Ministério Público, e sugeriu o desenvolvimento de mecanismos de  
211 controle dos parâmetros urbanísticos de condomínios; por fim, trouxe a consideração de uma base  
212 territorial comum e convergente entre o PDE e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei  
213 13885/04). **35)** Em seguida, o Secretário Executivo informou que foram inscritos para participação  
214 da eleição do Fundo de Saneamento: Maria Lucia da Silva (Eleita - Macro Sul 1); Eduardo Della  
215 Manna (SECOVI – SP); Argeliano Lopes (AAHJB) e Marta Dora Grostein (FAUUSP) que acatou  
216 sugestão feita pelo conselheiro Eduardo Della Manna (SECOVI – SP). Informou também sugestão  
217 feita por Rosane de CEUSO, que quando sancionada a lei que reestrutura administrativamente a  
218 prefeitura, poderá ser apresentado ao CMPU as novas atribuições dessas secretarias. **36)** Nada a  
219 mais a ser tratado, a reunião foi encerrada pelo Vice Presidente do Conselho às 13h10m. A reunião  
220 foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal  
221 de Política Urbana, que lavrou a presente ata.